

## **Ciberativismo e movimentos sociais: mapeando discussões**

Lívia Moreira de Alcântara<sup>1</sup>

**Resumo:** O ciberativismo é um tema que vem sendo trabalhado em diversas disciplinas a partir de diferentes perspectivas teóricas, que nem sempre dialogam entre si. Muitas abordagens tendem a tratá-lo a partir do “prisma da novidade”, perdendo de vista seus antecedentes. Diante deste panorama, este artigo propõe mapear algumas discussões sobre o ciberativismo, buscando: apontar suas raízes culturais e políticas e situá-lo dentro do processo de desenvolvimento da internet; resgatar alguns eventos marcantes em seu histórico e evidenciar as inovações teóricas e conceituais que emergiram a partir de cada um deles; mapear encontros e desencontros entre os debates sobre o ciberativismo e a Sociologia dos Movimentos Sociais, destacando algumas possibilidades de diálogo entre estes dois campos.

**Palavras-chaves:** Ciberativismo. Sociologia dos Movimentos Sociais. Internet. Movimentos sociais. NTICs.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em sociologia pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia, do Instituto de Estudos Políticos e Sociais (IESP/UERJ).

**Abstract:** Cyberactivism is a topic that has been discussed in several fields from different teorical perspectives, that not always dialogue with each other. Many approaches tend to treat it from “novelty prism”, losing sight of its history. Before this panorama, this article proposes to map some discussions about cyberactivism while it aims: to point their political and cultural roots and locate cyberactivism in the internet development process; to rescue some key events in its historic and to evidence teorical and conceptual innovations that would emerge from each one of them; to map agreements and disagreements between cyberactivism debates and Sociology of Social Movements, highlighting some dialogue possibilities amidst these two fields.

74

---

**Keywords:** Cyberactivism. Sociology of Social Movements. Internet. Social movements. ICT.

## Introdução

Os movimentos sociais e as formas de protestos que surgiram a partir da década de 1990 têm sido interpretados, sobretudo a partir das revoltas que eclodiram após 2011, como novíssimos (GOHN, 2011, 2013; LANGMAN, 2013; dentre outros) – sendo que, dentro deste conjunto de novas práticas de protestos e mobilização, situa-se o uso de novas tecnologias da comunicação e da informação (NTICs) pelos ativistas (que aqui nos referimos como ciberativismo).

No entanto, a noção de “novidade” é problemática, pois é pouco analítica. Essa foi um prisma para o estudo dos movimentos sociais a partir dos anos 1970 e foi utilizada por Melucci (1980), no artigo *The new social movements: a theoretical approach*, para delimitar o campo de estudos sobre os “novos movimentos sociais”. A noção abarcava uma série de renovados olhares, como as discussões de Alain Touraine, Claus Offe e do próprio Alberto Melucci, sobre os atores que emergiam na época. Foi construída a partir da crítica ao marxismo clássico e em diálogo com o paradigma acionalista norte-americano (GOHN, 2002). Na América Latina, o tema marca o aparecimento de novas organizações e forças sociais de base, que se debruçavam sobre os problemas cotidianos de seus integrantes e davam menos atenção às interações com o Estado (SCHERER-WARREN; KRISHKE, 1996). Além disto, significou a abertura de um momento de questionamento dos modelos tradicionais de estudos dos movimentos sociais, bem como de transformação dos paradigmas de análise desses atores. Embora a noção de “novo” esteja dotada deste conteúdo de renovação teórica e de emergência de novas práticas, o termo por si só é pouco explicativo. Para Melucci (1996), a novidade é um conceito relativo, que possui uma função temporária de indicar um número de comparações entre formas históricas da ação coletiva. Assim, a noção de novo serve para estabelecer continuidades e descontinuidades na comparação entre os fenômenos. Em outras palavras, o uso do termo pode ser frutífero se busca captar as transformações no ativismo e dos processos sociais ao longo do tempo. E pode ser problemático quando caracteriza um fenômeno por si só.

Para além da necessidade de uma crítica à “novidade” enquanto categoria explicativa dos movimentos sociais, uma das grandes dificuldades para interpretar os fenômenos associados ao ciberativismo é a proliferação de noções, conceitos e variáveis afins (ciberativismo / novas mídias / comunicação em rede

/ comunicação sem fio / ativismo digital / *hackertivismo* / desobediência civil eletrônica / *smart mobs* / click-ativismo etc.), porém distintas, que, no entanto, com frequência, são utilizadas como sinônimos. Essa abundância de expressões está relacionada ao fato de que são “conceitos empíricos”, ou seja, que vão sendo criados para explicar situações e casos específicos. Além disto, revela a existência de uma diversidade de disciplinas que se debruçam sobre o assunto, responsáveis pela geração de uma pluralidade de olhares e ferramentas analíticas que, no entanto, nem sempre dialogam entre si (GARRETT, 2006).

Além disso, a sociologia dos movimentos sociais, área de estudos que se dedicou especificamente à análise desses atores, deu pouca atenção para as dinâmicas comunicativas desses ao longo do tempo (DOWNING, 2008). Apenas nas últimas décadas, a partir da popularização da internet e da emergência de alguns eventos ciberativistas, o interesse pela questão tem crescido. Dessa forma, apesar de estarem sendo desenvolvidas contribuições importantes nesse campo, esforços de diálogo entre os estudos em movimentos sociais e o tema da comunicação ainda precisam ser realizados.

Diante da necessidade de compreendermos o que é o ciberativismo e dos desafios assinalados, este trabalho pretende realizar um mapeamento inicial do tema atentando-se para três objetivos: primeiro, desmistificar a dimensão de novidade do ciberativismo, situando-o dentro desenvolvimento da internet e das práticas ativistas; segundo, fazer um inventário inicial das noções e conceitos relacionados ao tema; terceiro, lançar alguns *insights* sobre possibilidades de diálogo entre os estudos sobre ciberativismo e a sociologia dos movimentos sociais. O artigo está dividido em seções correspondentes a cada um desses objetivos.

### **Situando o ciberativismo**

Diversos autores apontam que o ativismo na e pela internet é algo intrínseco ao próprio desenvolvimento dessa. Araujo et al (2012) entende o ativismo como fenômeno social imanente às redes telemáticas como a internet e constroem uma cronologia que enfatiza a relação entre ambos. Os autores estabelecem quatro fases que permitem ver esta simbiose:

- **Surgimento:** No espaço de elaboração da internet, o ciberativismo surge como forma de disputa tecnossocial, tencionando a internet a evoluir para uma tecnologia não proprietária.
- **Pré-web:** Momento inicial da internet, quando representava apenas um ambiente comunicativo baseado em troca de mensagens de texto. Redes como a PeaceNet são usadas como forma mais eficiente de comunicação entre ativistas distribuídos pelo mundo.
- **Popularização da web:** Representa o início e expansão da primeira web. É neste momento que surgem os primeiros sites de apoio a causas ativistas, protestos organizados pela rede, coberturas alternativas e as primeiras ações práticas de Desobediência Civil Eletrônica. Começam a surgir as primeiras ações de hacktivismo, porém ainda eram escassas as plataformas de ação a distância.
- **Web 2.0:** Com a tendência do surgimento de novas ferramentas que ampliação do caráter interativo da web, o ciberativismo se apropria de blogs e sites de mídias sociais. Tecnologias móveis facilitam as formas de organização de movimentos através da rede. Porém, ao mesmo tempo, estas ações são imersas em mais mecanismos de controle, que podem ser suplantados por tecnologias do anonimato (ARAÚJO *et al*, 2012, p. 13).

Nessa mesma linha, Silveira (2010), um dos defensores da ideia de que o ciberativismo se confunde com o próprio desenvolvimento da rede mundial de computadores, explica que “ele [o ciberativismo] influenciou decisivamente grande parte da dinâmica e das definições sobre os principais protocolos de comunicação utilizados na conformação da Internet” (SILVEIRA, 2010, p.31) – relacionando-o assim com a cultura hacker.

Antoun e Mallini (2010), referindo-se ao desenvolvimento da web, argumentam que houve uma metamorfose de um discurso otimista-comercial (emergente com o advento da web comercial) para um discurso que privilegia a atuação social, o engajamento e a mobilização enquanto valores da rede – sendo os ativistas os responsáveis, em grande parte, por esta mudança.

Buscando situar o ativismo contemporâneo dentro de um histórico de desenvolvimento das táticas lúdico-midiáticas-ativistas, Assis (2006) elenca-o como herdeiro dos seguintes movimentos: “a Internacional Situacionista (décadas de 50-60), os Yippies (décadas de 60-70), o ambientalismo (décadas de 70-80) e a prank art/culture jamming (décadas de 80-90)” (ASSIS, 2006, p. 16).

Sendo que de cada movimento político cultural, o ativismo teria legado algumas características.

Lievrouw (2011), na mesma linha, busca as raízes culturais, sociais e políticas da “nova mídia alternativa e ativista”<sup>2</sup>. A autora encontra no Dadaísmo e no Situacionismo suas origens culturais e, nos novos movimentos sociais, sua precedência social e política. Segundo ela, o Dadaísmo e o Situacionismo foram movimentos artísticos que surgiram em um contexto de mudanças tecnológicas, guardando assim uma característica contextual paralela a das novas mídias. Ambos os movimentos pensaram a arte não separada da vida cotidiana. O Dadaísmo, por exemplo, rejeitava a ideia de uma arte pela arte, o que implicou na formulação do conceito de antiarte. Essa seria a arte ligada a experiência subjetiva do dia-a-dia e deveria ser usada para desestabilizar o lugar comum e provocar a emergência de novas maneiras de ver a realidade. Os situacionistas, com o conceito de espetáculo, que evidenciava a intermediação capitalista dos aspectos da cultura e da experiência, colocaram em xeque a cultura hegemônica.

Além desta perspectiva mais política e ideológica, os dois movimentos trouxeram técnicas que podem ser reconhecidas como as raízes das novas mídias. O Dadaísmo misturava as novas mídias (fotografia e cinema) com formas artísticas mais clássicas (pintura, escultura, teatro) através da justaposição, colagem e descontinuidade. O situacionismo utilizava a técnica do *détournement* (“desvio”) e a técnica da “deriva” (navegar pelo espaço urbano) – essa última pode ser comparada com a navegação propiciada pelo *hiperlink*.

Já as raízes político-sociais, Lievrouw (2011), investiga nas características dos novos movimentos sociais (NMS), emergentes na década de 1960. Para ela, esses movimentos guardam uma relação intrínseca com as NTICs, pois essas se constituem em plataformas ideais para potencializarem sua forma de organização e ação. Segundo ela, os movimentos anti-guerra, pelos direitos civis, estudantil, ecológico e feminista – que emergiram na década de 60 – modificaram a forma de se fazer ativismo. Trouxeram pautas simbólicas para a centralidade das discussões; utilizaram os meios de comunicação para estabelecer diálogos com a sociedade civil (não apenas com o Estado); trabalhavam em rede, de

---

<sup>2</sup>O conceito será trabalhado mais a frente, mas cabe adiantar que designa o emprego de artefatos de comunicação e práticas sociais para transformar as formas dominantes de construir a cultura, a política e a sociedade.

forma coletiva e horizontalizada; e, por fim, trouxeram repertórios de ações não convencionais.

Esse histórico tecnológico, cultural e político do ciberativismo permite-nos traçar suas raízes e evitar o fetiche da novidade. Por outro lado, a partir da identificação destes elementos de continuidades, também podemos perceber as discontinuidades, isto é, as novas dinâmicas que emergem nos movimentos sociais e na ação coletiva a partir da interação desta com as NTICs. Sendo este o tema da próxima seção.

### **As noções de ciberativismo a partir de alguns marcos históricos**

A partir da identificação de alguns eventos na história do ciberativismo, podemos mapear as teorizações e conceituações que surgiram na tentativa explicar e descrever as dinâmicas que emergem na ação coletiva relativas à utilização da internet e de outras NTICs. A partir de quatro eventos, destacados nas subseções abaixo, realizamos um mapa inicial dessas noções e teorizações.

#### **Zapatismo: redes transnacionais**

É consenso na bibliografia sobre o tema que o ciberativismo tem seu primeiro exemplo global com as revoltas Zapatistas em 1994, no sul do México. Para Wolfson (2012), a insurreição representou uma verdadeira “revolução das revoluções”, uma vez que foi a inspiração para uma nova forma de resistência, onde a comunicação e a prática midiática têm papéis centrais.

A utilização da rede de computadores pelos Zapatistas e seus efeitos foi algo tão importante que o fato foi analisado por dois pesquisadores militares, John Arquilla e David Ronfeldt, pertencentes a RAND, órgão de pesquisa militar dos Estados Unidos – que tem como norte de suas pesquisas as transformações sofridas pelo conflito com a revolução da informação. Dessa análise, os autores criaram dois conceitos: “*social netwar*” (guerra em rede) e “*swarming*” (redes de enxame), ambos amplamente difundidos nas teorizações e notícias sobre ciberativismo. Segundo Arquilla e Ronfeldt (1996), a guerra em rede é um termo que faz contraponto com o de ciberguerra. Enquanto essa última categoria designa conflitos militares de alta intensidade entre Estados, com a utilização de tecnologias de ponta, a guerra em rede designa conflitos assimétricos entre o Estado e grupos menores, nos quais as NTICs são armas importantes para ambos (ANTOUN, 2001; RONFELDT; ARQUILLA, 1996).

Arquilla e Ronsfeld (2000), em um trabalho posterior, desenvolvem a base de uma doutrina militar (orientação estratégica operacional), denominada *swarming*. Segundo os autores, o termo diz respeito a tipos de organizações observadas no mundo animal e apropriados por militares e ativistas<sup>3</sup> em combates (ARQUILLA, RONSFELD, 2000). *Swarming* é assim uma forma de ação em pequenos grupos dispersa e estruturada em rede. Essa permite a realização de ataques tão rápidos quanto a própria retirada deles para uma nova organização e funciona melhor quanto mais dispersa for sua estrutura.

Wray (1998), também buscando interpretar as novas formas de conflito que surgiam na década de 90, definiu o ano de 1998 como uma data paradigmática. Segundo ele, nesse momento, emergiu, de forma evidente na mídia, a desobediência civil e o hacktivismo, demonstrando a existência da uma “guerra de *browser*”. Nesta data, o primeiro grupo a se autodeterminar ciberativista, o *Electronic Disturbance Theater*, organizou uma ocupação online (*sit-ins*) do site do governo mexicano em solidariedade aos Zapatistas, utilizando um *software*, o *FloodNet*, desenvolvido por eles. A ação foi denominada “*project SWARM*”. Além deste acontecimento, atividades de *hackativismo* foram detectadas em vários continentes, tendo destaque o caso do hacker britânico “JF” que entrou em mais de 300 sites e colocou mensagens e imagens anti-nucleares.

Wray (1998) classifica três formas de ativismo na internet: ativismo computadorizado, desobediência eletrônica civil e hackeamento politizado. O ativismo computadorizado é fruto de uma interseção entre movimentos sociais políticos com a comunicação mediada pelo computador. Ele nasce, segundo o autor, com a criação da PeaceNet, rede que possibilitou a comunicação entre ativistas de diversas partes do mundo pela primeira vez. O ativismo computadorizado em um nível mais profundo, isto é, para além do compartilhamento de informações e do diálogo entre ativistas, é a “infoguerra”, na qual a internet é utilizada para incitar a ação em escala global.

A desobediência civil eletrônica é uma forma de ação direta e descentralizada, no meio eletrônico, que promove o bloqueio virtual de sites. A expressão está relacionada com os trabalhos do grupo de artistas teóricos

---

<sup>3</sup> O *swarming* é adotado também por grupo de terroristas e criminosos, como o grupo terrorista Al Qaeda e as máfias de drogas nos EUA, que funcionam em forma de redes dispersas. Além disto, é incorporado também no funcionamento do mundo dos negócios.

*Critical Art Ensemble*, que realizaram estudos de manifestações de rua procurando transpor suas táticas para o ambiente digital. Após o Massacre de Acteal em 1998, o grupo passou a adotar concepções que opunham menos o ambiente da internet e o das ruas, considerando a internet como um meio de comunicação e ação. Eles chegaram a realizar um monumento virtual para as vítimas.

Já o hackeamento politizado é uma forma de ação política diferente das anteriores, pois não envolve mobilização e participação. Ao contrário disso, depende do anonimato de seus membros e muitas vezes pode ser realizada individualmente. Outra diferença entre o hacktivismo politizado e a desobediência civil é que, enquanto esta última opera em áreas ambíguas da lei, o hacktivismo muitas vezes é inquestionavelmente ilegal<sup>4</sup>. Por todas essas características, para o autor, o hacktivismo politizado expressa um outro tipo de política, que não necessita da participação massiva. A definição de um novo tipo de conflito (*netwar* ou guerra de *browser* e infoguerra) e de novos repertórios de ações (*swarming*, ativismo computadorizado, desobediência civil, hackeamento politizado) tem como pano de fundo a possibilidades de comunicação, organização e articulação abertas pelo uso das tecnologias digitais e da internet.

### **Batalha de Seattle: nova mídia ativista**

Se o Zapatismo é considerado o marco inicial do ciberativismo, os protestos anticapitalistas, que culminaram midiaticamente na Batalha de Seattle em 1999, são encarados enquanto o seu desenvolvimento. A Batalha de Seattle constituiu-se em manifestações contra as políticas neoliberais globalizantes e ocorreram durante a reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC). Os protestos ganharam repercussão midiática e marcaram a emergência do movimento antiglobalização enquanto um ator mundial (BRINGEL; MUÑOZ, 2010).

As NTICs foram utilizadas pelo movimento antiglobalização como “instrumento de participação, mobilização e criação de identidade” (BRINGEL; MUÑOZ, 2010, p. 30) e tiveram seu expoente mais visível no nascimento do *Indymedia* (no Brasil Centro de Mídia Independente):

<sup>4</sup> Wray (1998) utiliza o termo hackeamento politizado (*politicized hacking*) para distinguir entre a atividade hacker e a atividade hacker voltada especificamente para fins ativista e político. Essa diferenciação entre ambas as atividades é polêmica, pois o hacktivismo se confunde com a ética hacker e alguns autores observam um certo caráter ativista (em prol da horizontalidade e liberdade da rede de computadores) já nas ações dos primeiros hackers.

[...] um coletivo de jornalismo-ativismo que desejava rebater com suas próprias reportagens a cobertura, previsivelmente detratada, das mídias hegemônicas, a partir de um modelo de jornalismo aberto onde qualquer um com acesso à Internet pode publicar suas notícias (ASSIS, 2006, p. 34).

A experiência do *Indymedia* em Seattle evidenciou a relação intrínseca entre a comunicação alternativa e o ativismo. No ativismo midiático a comunicação é, ao mesmo tempo, meio e fim de luta, sendo crucial para a transformação do poder e do controle dominante (CARROLL; HACKETT, 2006). Juntamente com outras redes digitais, o *Indymedia* ajudou a mobilizar ativistas no mundo inteiro a contribuírem na criação de um movimento social radical pela circulação alternativa de notícias e informações, colaborando assim para a criação de uma comunicação internacionalista (JURIS, 2005). Desde então, termos como ativismo midiático, midiativismo e mídia alternativa são utilizados, em muitos casos, enquanto sinônimos de ciberativismo.

O *Indymedia* é um tipo de mídia alternativa, mas não é a único. Uma síntese de fôlego sobre as “novas mídias alternativas e ativistas” foi realizada por Lievrouw (2011), que entende essas como:

A nova mídia alternativa e ativista emprega ou modifica os artefatos de comunicação, práticas e arranjos sociais das novas tecnologias da comunicação e da informação para mudar ou alterar formas dominantes, aceitas ou esperadas de se construir sociedade, culturas e política (LIEVROUW, 2011, p. 19, tradução nossa).

A autora classifica as novas mídias alternativas ativistas em cinco gêneros, que dão conta de englobar grande parte das práticas ativistas e midiáticas existentes: “cultura *jamming*”: utiliza os materiais da própria cultura para subverter e criticá-la; “computação alternativa”: trabalha em cima da infraestrutura da computação, readaptando, criando novos designs, *hackeando*; “jornalismo participativo”: adota os valores e as práticas do jornalismo para subverter a lógica de produção e publicação da imprensa; “mobilização mediada”: a partir da mistura de relações sociais em rede online e *offline* organiza novos movimentos sociais e políticos globais; “conhecimento compartilhado”: constitui-se em projetos que empregam

métodos *folksonomia* colaborativa<sup>5</sup> e produção em *peer*<sup>6</sup> para organizar, avaliar e classificar informações e conhecimentos.

Outra definição das novas mídias, não contraditória a esta, porém menos abrangente, é realizada por Antoun e Mallini (2010). Os autores, ancorados nas discussões de multidão de Hardt e Negri, as denominam “multimídias” ou “mídias da multidão”. Para eles, essas são mídias em que a produção da notícia se dá de forma articulada e cooperativa e “cujo produto final é exibido de forma pública e livre, para públicos específicos, que ao mesmo tempo, são mídias para outros públicos” (ANTOUN, MALLINI, 2010, p.9). Estas mídias representam, para os autores, a biopolítica na rede ou liberdade positiva: “[...] um conjunto de atos de resistência e de contra insurgência de vidas que não se deixam capturar pelo controle e reivindicam uma economia da cooperação que mantenha os bens comuns dentro de um direito e de um espaço público” (ANTOUN, MALLINI, 2010, p. 6).

Se nos casos citados até aqui o ciberativismo é o próprio ativismo midiático em suas inúmeras expressões, em Ugarte (2008) esta relação aparece de forma mais instrumental. Ele compreende o “ciberativismo” como herdeiro da cultura hacker e diretamente relacionado à luta por visibilidade nas instituições hierarquizadas:

Poderíamos definir “ciberativismo” como toda estratégia que persegue a mudança da agenda pública, a inclusão de um novo tema na ordem do dia da grande discussão social, mediante a difusão de uma determinada mensagem e sua propagação através do “boca a boca” multiplicado pelos meios de comunicação e publicação eletrônica pessoal (UGARTE, 2008, p.55).

O autor define três vias nas quais o ciberativismo está baseado: discurso, ferramentas e visibilidade. Quanto ao discurso, ele compreende o ciberativismo enquanto uma forma de “*hacking social*”, que parte da possibilidade de mudança do mundo e do empoderamento das pessoas, criando uma identidade que

<sup>5</sup> Entiquetamento e classificação de informações na web de forma colaborativa para arquivar informação. Um exemplo são as hashtags, palavras acompanhadas do símbolo #, que se tornam um link agrupando informações que a contenham.

<sup>6</sup> Refere-se às redes de computadores par-a-par (peer-to-peer ou P2P), que possibilitam a distribuição de dados de forma distribuída, ou seja, sem a necessidade de um servidor central. Nas redes peer-to-peer cada computador funciona como um servidor e como um cliente, distribuindo e recebendo dados.

permite a união de desconhecidos. Em relação às ferramentas, o ciberativismo traz consigo o legado da cultura hacker do “faça você mesmo” e está ligado ao desenvolvimento de instrumentos que permitam as ações. Por último, a visibilidade é apontada enquanto o fim do ciberativismo, significando reconhecimento entre os ciberativistas e também visibilidade do coletivo na sociedade.

A construção ferramentas, espaços e dinâmicas de comunicação próprias dos movimentos sociais não é algo novo que remonte a última década do século XX, embora novos fenômenos tenham surgido com a internet. Além disso, as mídias alternativas não são apenas objetivo de luta, são também formas de luta, influenciando assim nas próprias dinâmicas dos atores e da ação coletiva.

### **Queda do presidente das Filipinas (2001): desafios para a sociologia dos movimentos sociais**

Em 2001 o presidente das Filipinas, Joseph Estrada, foi retirado do seu cargo após quatro dias de manifestações, convocadas e coordenadas via mensagens de texto de celular. As manifestações ocorreram após os senadores pararem o processo de destituição do presidente. A oposição difundiu mensagens de texto e 75 minutos depois, 20.000 pessoas estavam nas ruas (HOWARD, 2004). O país já apresentava um histórico de grande utilização de mensagens de texto.

Eventos semelhantes sucederiam: o 13M (noite dos celulares) em Madrid (2004), as revoltas urbanas na França (2005), as Revoltas Árabes (2010), o 15 M (2011) em Madrid, e o *Occupy* (2011) nos EUA. Todos estes acontecimentos têm algumas características em comum, que começam a serem gestadas na Batalha de Seattle, quando as NTICs foram utilizadas para mobilizar e coordenar os protestos nas ruas. Porém, contam com o desenvolvimento dos dispositivos móveis, da generalização das redes sem fio e do desenvolvimento de ferramentas da web 2.0<sup>7</sup> que potencializam a conversação e interação.

Estes protestos são manifestações políticas empreendidas por um tipo de rede social móvel que, a partir do contato informal e instantâneo, possibilitado por tecnologias móveis, computação móvel e redes sem fio, podem mobilizar-se e coordenar-se – realizando ataques em *swarming* (VALENTIM, 2005;

---

<sup>7</sup> Web 2.0 pode ser entendida como “segunda geração de serviços online e caracteriza-se por potencializar as formas de publicação, compartilhamento e organização de informações, além de ampliar os espaços para a interação entre os participantes do processo” (PRIMO, 2007, p. 1). O termo é polêmico, pois realça mais as características comerciais da web do que suas implicações sociais.

HOWARD, 2004). Ugarte (2008) propõe uma sistematização do ciberativismo em dois modelos básicos: a campanha e o *swarming*. No primeiro escolhe-se um tema, um inimigo e as táticas para viabilizar a ideia. No segundo inicia-se um debate mais quente, com etapas de deliberação e que desembocam em um novo consenso social ou em uma ciberturba que é “a culminância na mobilização de rua de um processo de discussão social, levado a cabo por meios eletrônicos de comunicação e publicações pessoais, na qual deixa de existir a divisão entre ciberativistas e mobilizados” (UGARTE, 2008, p. 47).

O primeiro modelo de ação é mais focado no debate e o segundo está relacionado à reação a algum fato traumático. Assim, “a diferença fundamental entre os dois modelos é a existência ou não de um nodo dinamizador no decorrer de todo o processo” (UGARTE, 2008, p.57). O autor utiliza a palavra *ciberturbas* para designar estes eventos, porém, o conceito que ficou amplamente conhecido foi “*smart mob*” (multidões inteligentes), cunhado por Howard Rheingold no livro *Smart Mobs: The Next Social Revolution*, em 2002.

O conceito de *smart mobs* ou multidões inteligentes foi cunhado em diálogo com o de *flash mobs*, que seria a “reunião pública de estranhos, organizada via celulares e internet, que leva a cabo um ato sem sentido, atrás do qual se dispersa de novo” (LASÉN; ALBÉNIZ, 2008, p. 251). Um *smart mob* compartilha várias semelhanças com um *flash mob*, porém carrega a mais uma intenção política. Dentre as semelhanças estão: irrupção momentânea; reivindicação e ocupação do espaço urbano; a presença pública como fator essencial para a participação; ênfase no momento; caráter múltiplo, ousado e imprevisível; incerteza de quantas pessoas comparecerão e de como ocorrerá a ação; caráter lúdico e interesse estético; ênfase na sociabilidade, na importância das experiências pessoais e nas atividades corporais; comunicação emocional; importância da reflexão compartilhada e tecnologicamente mediada; exposição da narração das ações na rede por meio de relatos fotográficos, videográficos e escritos (LASÉN; ALBÉNIZ, 2008).

Lasén e Albéniz (2008), que denominam estes fenômenos como “massas mediatizadas”, apontam que estas manifestações trazem dois desafios de decodificação para as teorias da ação coletiva. O primeiro deles é a cooptação conceitual existente, na qual a identidade e a tecnologia são instrumentalizadas nas análises. A identidade e a sociabilidade não são compreendidas por si só, são

codificados a partir do sistema político, seguindo uma tendência a compreender os movimentos sociais apenas a partir da relação com o Estado. O outro é a prevalência da ação sobre a comunicação, sendo esta última entendida enquanto meio para a primeira. Para os autores, as formas de ação que encontramos nos *flash mobs* e nos *smart mobs* não respondem a uma lógica instrumental, estas ações coletivas colocam em questão a relação entre a comunicação (dizer e falar), a identidade (ser) e a ação (fazer).

### **Pós-2010: as redes sociais digitais e a ação coletiva**

A partir de 2011 um novo momento de lutas se abriu. Após a queda dos ditadores na Tunísia (dezembro de 2010) e no Egito (janeiro de 2011), revoltas contra regimes ditadores se espalharam pelo norte da África e pelo Oriente Médio. Em maio “Os Indignados” ocuparam as praças centrais de Barcelona e Madrid, na Espanha. Outras ocupações e revoltas surgiram na Grécia, em outros países da Europa e nos EUA (*Occupy Wall Street*). Em junho de 2013 foi a vez do Brasil, onde milhares de pessoas foram às ruas protestar contra o aumento das passagens de ônibus. Em todas estas mobilizações as NTICs, as redes sociais digitais, bem como outros espaços de comunicação na internet, tiveram papel importante. Embora cada uma destas lutas se dê em contextos e por motivos muito diferentes umas das outras, é possível estabelecer similitudes entre elas no que tange a forma de se fazer política – na qual destaca-se, dentre outras características – a utilização das NTICs.

Glasius e Players (2013), nesse sentido, indicam três aspectos em comuns entre no ativismo pós-2010: uma estrutura comum de rede e encontros que facilita a difusão; uma geração formada por um mesmo contexto de precarização do trabalho e de exposição (e participação) a um fluxo de informação global; e, uma articulação compartilhada de demandas e práticas. Além disto, os autores argumentam que três noções balizam as reivindicações e a identidade destes movimentos: a democracia, a justiça social e a dignidade.

No que tange a utilização das NTICs especificamente, as redes sociais virtuais despontaram como um elemento importante para compreender a dinâmica das manifestações – embora não possam ser encaradas como um fator radicalmente novo, como aponta o próprio histórico tecido até aqui. Um exemplo disto, foi o *15 O*, protesto global que ocorreu no dia 15 de outubro de

2011. Considerada uma das maiores manifestações globais, foi gestada durante as revoltas na Espanha, através da plataforma *¡Democracia Real YA!*<sup>8</sup> e contou com o apoio do coletivo *Occupy Wall Street*<sup>9</sup>, sendo também difundida através do *Twitter*. É interessante notar que enquanto as mobilizações anticapitalistas eram convocadas através de listas de e-mails e coletivos previamente formados, além de contar com as estruturas de comunicação das ONGs, as lutas contemporâneas são gestadas de forma radicalmente mais descentralizada e por meio de ferramentas corporativas, como o *Facebook* e *Twitter*.

As tentativas de explicar as dinâmicas relacionadas a estes movimentos sociais ainda estão em curso, embora uma quantidade gigantesca de materiais descritivos sobre os acontecimentos já esteja disponível. De um ponto de vista mais geral, resalto aqui as análises de Castells (2012) que relaciona estes movimentos a noção de comunicação autônoma e a de Bennett e Segerberg (2012) que apontam para o nascimento de uma nova lógica de ação coletiva, diretamente relacionada à comunicação digital. Vejamos estas interpretações.

Castells (2012), em seu trabalho mais recente entende que a existência dos movimentos sociais contemporâneos está relacionada a sua capacidade de “comunicação autônoma”. A ideia está relacionada à noção de poder e contrapoder do autor – diretamente ligadas ao controle da comunicação. Os movimentos sociais exercem o contrapoder construindo a si mesmos mediante um processo de comunicação autônoma, livre do poder de controle institucional. Porém, como os meios de comunicação de massas estão controlados pelos governos e pelas corporações midiáticas, a rede de autonomia<sup>10</sup> comunicativa é construída fundamentalmente nas redes de comunicação da internet e comunicação sem fio.

Por fim, Bennett e Segerberg (2012), considerando que a comunicação digital é parte proeminente das formas organizacionais contemporâneas, distinguem duas lógicas de ação coletiva (que convivem hoje): a “ação coletiva”, e a “ação conectiva”. A primeira está associada ao alto nível de organização de

---

<sup>8</sup> Ver mais em: [https://es.wikipedia.org/wiki/¡Democracia\\_Real\\_YA!](https://es.wikipedia.org/wiki/¡Democracia_Real_YA!)

<sup>9</sup> Ver mais em: [https://es.wikipedia.org/wiki/Occupy\\_Wall\\_Street](https://es.wikipedia.org/wiki/Occupy_Wall_Street)

<sup>10</sup> A autonomia para Castells (2012) está relacionada a capacidade do sujeito em definir sua ação em relação a projetos a margem das instituições da sociedade, de acordo com interesses e valores dos atores sociais.

recursos e de identidade coletiva – e foi explorada pela Teoria da Mobilização de Recursos (TMR) e pelas Teorias dos Novos Movimentos Sociais (TNMS). A segunda, se estrutura a partir da comunicação personalizada e da mídia digital. Os autores argumentam que, nessa última, a organização das ações é formada através da “personalização das ideias e dos mecanismos” – mais do que nos casos em que a ação é organizada com base em grupos sociais de identidade, adesão ou ideologia. A “comunicação personalizada” está diretamente ligada às possibilidades de criação e compartilhamento dos temas e *frames* pessoais, proporcionadas pelas NTICs. Em outras palavras, a organização da ação se dá pelo processo de difusão interativo e viral dos *frames* individuais que ocorre por meio de apropriações pessoais, imitações e do compartilhamento social do conteúdo. Essa interpretação, embora aclare algumas dinâmicas visíveis no *ciberativismo*, desconsidera outros elementos, como as relações de poder, o papel da mídia hegemônica e do Estado e não dá o devido espaço para as dinâmicas que ocorrem fora do ambiente digital. Embora tenhamos mapeado aqui algumas abordagens sobre o momento e lutas contemporâneas, sua compreensão e caracterização está ainda limitada pela proximidade ao calor dos acontecimentos.

### **Sociologia dos movimentos sociais e ciberativismo**

Alguns estudos vêm buscando fazer uma ponte entre o uso das NTICs e os movimentos sociais. Para Downing (2008) há, na primeira década do século XXI, uma explosão de abordagens que aproximam os estudos sobre os movimentos sociais e mídia. A argumentação de Downing (2008), em síntese, vai no sentido de que os estudos de mídia deveriam se abrir para temas abordados nos estudos sobre movimentos sociais e vice-versa. Alguns esforços têm sido realizados nesse sentido. Sem a pretensão de exaurir essas pontes, destacamos três temas que aparecem em algumas análises e apontam para essa intercessão (às vezes problemática) entre as duas abordagens: a difusão transnacional dos movimentos sociais, as mídias ativistas e a esfera pública interconectada<sup>11</sup>.

Em relação as pesquisas sobre movimentos sociais transnacionais, Downing (2008) aponta para a pouca atenção dada para os processos midiáticos e tecnologias da comunicação - embora esses sejam parte das estruturas e interações

---

<sup>11</sup> Outras discussões poderiam ser apresentadas como, por exemplo, as interseções entre a Teoria da Mobilização Política e os estudos sobre internet, realizados por Prudêncio (2014).

das redes transacionais contemporâneas. A crítica do autor é bastante pertinente e nos permite enxergar inúmeras discontinuidades entre os estudos de ambas as áreas. Nas discussões sobre difusão de repertórios de ação coletiva<sup>12</sup>, por exemplo, embora esteja-se tratando de um tema que pressupõe um processo de comunicação dialógico entre os atores, o papel das tecnologias da comunicação é apenas mencionado e a noção de comunicação tende a ser instrumentalizada. Para Tarrow (2010), a difusão transnacional de ações coletivas ocorre através de três processos: relacional, via redes de confiança; não relacional, via meios de comunicação e internet; e mediado, através de mediadores não inseridos diretamente no confronto político. Este modelo traz dois problemas: a noção de relacional restrita ao contato “cara a cara” e a classificação da internet como uma difusão não relacional e que não se distingue de outros meios de comunicação. Chabot (2010) faz várias críticas a este modelo e aponta que para entender como as complexas táticas e os repertórios viajam à longa distância, é necessário ir além dos processos de comunicação impessoais e analisar como as pessoas envolvem-se neste processo.

Chabot (2010) propõe assim uma abordagem dialógica da difusão transnacional entre os movimentos sociais baseada em quatro formas de comunicação: *processo de tomada de consciência*, quando os receptores em potencial começam a tomar contato com o repertório de outro país; *processo de tradução*, quando os transmissores e receptores dialogam sobre como deslocar o repertório para outro contexto; *processo de experimentação*, a partir de um investimento intelectual, os receptores vão experimentando os repertórios “importados” em pequenas escalas, readequando-os; *processo de aplicação no movimento*, os receptores integram os novos repertórios a uma grande variedade de atores. O modelo de Chabot (2010) certamente contribui ao inserir uma perspectiva dialógica no processo de difusão transnacional, porém, ainda não considera diretamente o impacto da comunicação mediada por tecnologias.

Outro tema de contato entre as discussões sobre o ciberativismo e a sociologia dos movimentos sociais são as mídias ativistas. Carroll e Hackett (2006) abordam essa relação, entendendo por mídia ativista uma práxis emergente

---

<sup>12</sup> A noção, de Charles Tilly, foi trabalhada em várias das suas obras e sofreu redefinições ao longo delas. Resumidamente, designa o conjunto limitado de formas de que os atores sociais dispõem em determinado momento para externar suas demandas – como, por exemplo, marchas, boicotes, petições e greves.

(CARROLL; HACKETT, 2006). A análise dos autores dá-se no mesmo sentido que Downing (2008), pois buscam ressaltar o que existe na tradição das Teorias dos Movimentos Sociais e foi extraído para a mídia democrática ativista e, em outro sentido, apontam questões da mídia ativista que trazem novas direções ou apontam cegueiras para as Teorias dos Movimentos Sociais.

Nesse sentido, estabelecem uma relação entre as mídias ativistas e os aspectos estratégicos dos movimentos sociais (esses últimos destacados pela Teoria da Mobilização de Recursos) - argumentando que essas mídias são um instrumento estratégico para os movimentos, ajudando-os a: influenciar o conteúdo e a prática da mídia de massa hegemônica; lutar por reformas midiáticas democratizantes através de pressão ao poder público; construir uma mídia independente, democrática e participativa; transformar a relação entre a mídia e a audiência, empoderando esta última. Devido a essas funções da mídia ativistas, para Carroll e Hackett (2006), a luta pela democratização da comunicação teria a função de reduzir os custos de ação<sup>13</sup> para os movimentos de mídia ativistas e para outros movimentos não ligados à causa diretamente. É importante ponderar essa perspectiva com o fato de que a Teoria da Mobilização de Recursos percebe a comunicação de forma bastante instrumental, entendendo a mídia apenas como um campo a ser atravessado pelas organizações para divulgar mensagens (MAIA, 2009).

Outra conexão estabelecida pelos pesquisadores é o papel que a mídia ativista possui na construção da identidade coletiva dos movimentos sociais<sup>14</sup>, ao funcionarem como meio de interseção entre os grupos e as perspectivas de mundo:

Se os novos movimentos sociais são, de acordo com Melucci, distintos ao apresentar “desafios simbólicos” para os códigos organizados de sociedades complexas e ricas em informação, então a DMA [mídia democrática alternativa] está certamente localizada na vanguarda de tal práxis. Afinal, o midiativismo não contesta somente os “códigos” da comunicação, mas todo o complexo de relações e práticas sociais através das quais os

---

<sup>13</sup> Para Tilly (1978) a ação coletiva é influenciada pela oportunidade de ação, isto é, podem existir elementos facilitadores da ação (que diminuem seu custo) e elementos repressores (que aumentam seu custo).

<sup>14</sup> “Identidade coletiva é uma definição interativa e compartilhada, produzida por um número de indivíduos (ou grupos em um nível mais complexo), em relação à orientação de suas ações e ao campo de oportunidades e restrições no qual tais ações acontecem” (MELUCCI, 1996, p.70, tradução nossa).

códigos são produzidos e disseminados; e essa contestação se equipara à construção de alternativas democráticas. De acordo com esta leitura, a democratização da comunicação pareceria estar à frente dos movimentos políticos progressistas de nosso tempo (CARROLL; HACKETT, 2006, p. 95, tradução nossa).

Este papel de conexão política e interseção simbólica das mídias ativistas pode ser ilustrado pela forma como ocorrem as narrativas dos protestos políticos. Antoun (2001) aponta para a interconexão existente entre a produção da história dos protestos e os eventos ciberativistas, dado que essa história é construída concomitantemente a organização, coordenação e mobilização para as ações, a partir das conversações em rede. Alguns autores têm argumentado que as narrativas polifônicas dos mídia ativistas sobre os protestos afetam não apenas a grande mídia e o modelo de objetividade do jornalismo, mas criam outras possibilidades de diálogo, de produção da memória e possibilitaram a construção de um “sujeito-político-multidão” (TEIXEIRA<sup>15</sup>, 2014). Para além dos meios de comunicação utilizado pelos próprios ativistas, outros autores têm trabalhado o papel simbólico da grande mídia, uma vez que essa constitui um campo autônomo e influente na visibilidade dos outros campos sociais (PRUDÊNCIO, 2003).

Por fim, algumas atualizações da teoria habermasiana têm sido realizadas. Langman (2005) repensa o conceito de esfera pública do autor, adaptando-o para o contexto da comunicação mediada pelo computador. Para ele, os movimentos antiglobalização que despontaram no século XXI são atores sociais interconectados, pois utilizam as NTICs para discutirem e para recrutarem mais pessoas para as ações, constituindo-se assim a esfera pública interconectada. Para Carroll e Hackett (2006), Habermas aponta duas características dos públicos subalternos (os que emergem da esfera pública) e que podem ser estendidas aos ativistas midiáticos: funcionam como espaço de reagrupamento e como espaços de agitação para a formação de públicos mais amplos. No entanto, atualizações *habermasianas* têm sido mais frequente nas análises institucionais da política (OLIVEIRA, 2012; WEBER, 2006), que não abordam necessariamente os movimentos sociais.

---

<sup>15</sup> A discussão sobre a multidão de Hardt e Negri não cabem aqui. Ver o livro *Multidão* dos autores e os debates que tem dialogado com ele.

## **Comunicação e movimentos sociais: em busca de diálogos**

Esse trabalho, de forma exploratória, busca contribuir com uma compreensão do ciberativismo enquanto um fenômeno intrínseco aos movimentos sociais contemporâneos. Colocados alguns desafios para esse objetivo, realizamos três movimentos a fim de contribuir com o campo de estudos. Primeiro, trabalhamos a “novidade” do ciberativismo a partir das suas continuidades com movimentos sociais e culturais anteriores e do próprio histórico de luta pela internet livre e horizontal. Não quisemos com isso negar sua dimensão de inovação, mas sim apontar que o fenômeno possui um significado maior do que apenas a utilização de uma nova tecnologia da comunicação, pois está relacionado às transformações das práticas sociais como um todo. O segundo passo consistiu na exposição de alguns conceitos utilizados para compreensão do fenômeno e na tentativa de evidenciar o que está por trás dessas noções. Assim, enquanto na primeira seção trabalhamos as continuidades do ciberativismo, nessa segunda parte ressaltamos suas descontinuidades, ou seja, seus elementos de inovação. Chamamos a atenção para o fato de que essas noções são bastante descritivas dos fenômenos estudados empiricamente e apontamos a necessidade de uma reflexão mais ampla, que possibilite o diálogo entre diferentes abordagens. A terceira seção vem, nesse sentido, como um dos possíveis caminhos para essa tarefa. Mapeamos alguns diálogos, já tecidos, entre a sociologia dos movimentos sociais e os estudos em ciberativismo, demonstrando como alguns temas podem ser discutidos na interseção entre discussões mais específicas aos estudos dos movimentos sociais e outras mais atentas as dinâmicas comunicacionais contemporâneas.

O caminho aqui percorrido não nos possibilita tecer uma definição analítica de ciberativismo, mas nos permite apontar algumas pistas para buscar compreendê-lo enquanto um fenômeno mais abrangente na ação coletiva contemporânea e nas práticas dos movimentos sociais. Nesse sentido, a diversidade de exemplos de ciberativismo aqui mapeados podem ser olhados tanto pelas especificidades que representam, quanto pela generalidade que expressam em conjunto. A segunda opção parece mais frutífera para os objetivos desse trabalho, pois permite um espaço de diálogo entre as disciplinas e abordagens. Sugerimos assim que o ciberativismo pode ser compreendido como uma nova configuração comunicativa dos movimentos sociais – “marcada pela reestruturação das

práticas cotidianas de comunicação, por interações sociais mediadas pelas NTICs e pela conexão digital entre indivíduos, grupos e sociedade. Esse novo padrão comunicativo implica a geração de novas dinâmicas de confronto, temporalidades e espacialidades para a ação coletiva contemporânea, bem como de subjetividades políticas, como afirma Juris (2012)” (ALCÂNTARA, 2014).

Com essa formulação abrangente, mais do que oferecer um conceito analítico fechado, gostaríamos de sublinhar alguns elementos que nos parecem ser importantes para os estudos sobre ciberativismo e para uma abordagem mais geral sobre movimentos sociais e comunicação. O primeiro deles é o pressuposto de que a comunicação perpassa todas as dimensões da ação coletiva e de que os movimentos sociais sempre utilizaram outras tecnologias e formas de comunicação. Assim, a expressão “novo” (embora insuficiente) pretende ressaltar as diferentes configurações e dinâmicas produzidas a partir da utilização da internet e de outras novas tecnologias em rede para os contextos anteriores. Em outras palavras, essa formulação aponta que a comunicação pode ser um “mínimo denominador comum” para pensar as várias expressões do ciberativismo.

Essa noção exige uma compreensão abrangente de comunicação, que vá além da utilização de ferramentas comunicativas e problematize a comunicação a partir de outros elementos dos movimentos sociais. Nesse sentido, o resgate de eixos de discussão e ferramentas analíticas desenvolvidas pela sociologia dos movimentos sociais, como organização, difusão, repertório, identidade, *frame* pode ser um caminho frutífero para o desenvolvimento de marcos analíticos sobre o ciberativismo. Em resumo, o que esse trabalho sugere é a necessidade de tecermos diálogos mais efetivos entre os estudos de comunicação e os de movimentos sociais.

## Referências

- AMARAL, Adriana; MONTARDO, Sandra P. *Mapeamento Temático da História da Ciberultura no Brasil*. 2012. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/sis/2012/resumos/R7-2241-1.pdf>> Acesso em: 16 jan. 2013.
- ANTOUN, Henrique. A Multidão e o Futuro da Democracia na Ciberultura, In FRANÇA, Vera; WEBER, Maria Helena; PAIVA, Raquel; SOVIK, Liv. *Livro do XI COMPÓS*. Porto Alegre: Sulina, 2001.
- ANTOUN, Henrique; MALINI, Fábio, Ontologia da liberdade na rede: as mídias e os dilemas da narrativa coletiva dos acontecimentos. In: *XIX Encontro da Compós*, Rio de Janeiro, RJ, 2010.
- ARAÚJO, Willian F.; FREITAS, Ernani; C.; MONTARDO, Sandra. P. Ciberativismo como cultura de mobilização imanente à internet. In: PUHL, Paula Regina; SARAIVA, Juracy Assmann. (Org.). *Processos culturais e suas manifestações*. 1 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2012, v. 1, p. 163-190.
- ARAÚJO, Willian F. Ciberativismo: levantamento do estado da arte na pesquisa no Brasil. In: *V Simpósio Nacional ABCiber*. Santa Catarina, 2011.
- ARAÚJO, Willian F. Quanto custa mudar o mundo? Análise da dimensão discursiva do ciberativismo na WikiLeaks. *Revista Fronteiras: estudos midiáticos*. 2012, p. 110-120.
- ARQUILLA, John; RONSFELD, David. *Swarming and the Future of Conflict*. USA: Rand Corporation, Office of the Secretary of Defense, 2000.
- ARQUILLA, John; RONSFELD, David. *The Advent of Netwar*, Santa Monica, Calif.: RAND, MR-789-OSD, 1996.
- ASSIS, Érico Gonçalves de. *Táticas lúdico-midiáticas no ativismo político contemporâneo*. 2006. 274p. Dissertação de mestrado. São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).
- BENNETT, Lance; SEGERBERG, Alexandra. *The logic of connective action. Digital media and the personalization of contentious politics*. Information, communication e society, vol. 15, n 5, june 2012, pp. 739-768.
- BRINGEL, Breno; MUÑOZ, Enara Echart. Dez anos de Seattle, o movimento antiglobalização e a ação coletiva transnacional. *Ciências Sociais Unisinos*, 2010, p. 28-36.
- CARROLL, William K.; HACKETT, Robert A. Democratic media activism through the lens of social movement theory. *Media, Culture & Society*. 2006, p. 83-104.
- CASTELLS, Manuel. Redes de Indignación y esperanza. *Los movimientos sociales en la era de internet*. Madrid: Alianza Editorial, 2012.

CHABOT; Sean. Dialogue Matters: beyond the transmission model of transnational Diffusion between social movements. In.: GIVAN, Rebecca Kolins; ROBERTS, Kenneth M.; SOULE; Sarah A. *The diffusion of social movements: actors, mechanisms, and political effects*. Cambridge University Press, 2010.

DOWNING, John. Social Movement Theories and Alternative Media: an Evaluation and Critique. *Communication, Culture & Critique*, 2008, p. 40-50.

FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de. Vamos ao baile: gingas da comunicação e da participação no Zapatismo. *Lua Nova*, n. 72, p. 47-82, 2007.

GARRETT, Kelly et al. Protest in an Information Society: A Review of Literature on Social Movements and New ICTs. In: *Information, Communication and Society*, 9(2), p. 202-224. 2011.

GLASIUS, Marlies; PLEYERS, Geoffrey. The global moment of 2011: democracy, social justice and dignity. *Development and Change*, 2013, n.44, pp 547-567.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Multidão: Guerra e democracia na era do Império*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

JURIS, Jeffrey S. The New Digital Media and Activist Networking within Anti-Corporate Globalization Movements. *AAPSS*, 597, 2005, p. 189 – 208.

LANGMAN, Lauren. From virtual public spheres to global justice: a critical theory of internetworked social movements. *Sociological Theory*, Vol. 23, Issue 1, 2005, p. 42–74, .

LASÉN, Amparo; ALBÉNIZ, Iñaki Martínez de. Movimientos, “mobidas” y móviles, um análisis de las masas mediatizadas. In: SÁDABA, Igor; GORDO, Ángel (Orgs). *Cultura digital y movimientos sociales*. Madrid: Catarata, 2008.

LEMONS, André. Ciber-Cultura-Remix. In *Seminário de “Sentidos e processos”*, dentro da mostra de Cinético Digital. 2005. Disponível em: <http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/andrelemons/remix.pdf>. Acesso 8 mai. 2014.

LIEVROUW. Leah A. *Alternative and activist new media*. Polity Press, 2011.

MAIA, R. C. M. Atores da sociedade civil e ação coletiva: relações com a comunicação de massa. *Lua Nova*, n. 76, p. 87–118, 2009.

MELUCCI, Aberto. *Challenging Codes: Collective Action in the Information Age*. New York: Cambridge University Press, 1996.

NEGRI, Antonio. e HARDT, Michael. *Declaration*. New York: Argo-Navis. 2012.

OLIVEIRA, A. G. DE. Limites de visibilidade e participação na esfera pública (virtual): a experiência da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial no Governo Dilma Rousseff. In: 36o ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. Águas de Lindóia, 2012.

PEREIRA, Marcus Abílio. Internet e mobilização política – os movimentos sociais na era digital. In: *IV Encontro de Compólitica*. 2011.

PRUDÊNCIO, K. Micromobilizações, alinhamento de quadros e comunicação política. *Compólitica*, v. 2, n. 4, p. 88–110, 2014.

PRUDENCIO, Kelly. Mídia e movimentos sociais contemporâneos. A luta do sujeito pela construção do significado. *Comunicação & política*, v. X, n. 3, p. 95-149, 2003.

RHEINGOLD, Howard. *Multitudes inteligentes*. La próxima revolución social. Barcelona: Gedisa, 2004.

RONFELDT David; ARQUILLA, John. Emergence and influence of the Zapatista: social netwar. In: *Networks and Netwars: The Future of Terror, Crime, and Militancy*. Rand Corporation, 2001, p. 171 -199.

ROVIRA, Guiomar. La Gestación de uma red transnacional de solidariedad com Chiapas. In: ROVIRA, Guiomar. *Zapatistas sim Frontera*. Las redes de solidariedad con Chiapas y el altermundismo. Era, 2009. México.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes sociales y de movimientos en la sociedad de la información. *Nueva Sociedad*, 196, marzo-abril 2005, p. 77-92.

SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo (Orgs.). Uma revolução do cotidiano? *Os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SILVEIRA, Sergio Amadeu da. Ciberativismo, cultura hacker e o individualismo colaborativo. *Revista USP*, São Paulo, v.1, 2010, p. 28-39.

TARROW, Sidney. *Difusão e Modularidade*. In: TARROW, Sidney. El Nuevo activismo transnacional. Barcelona: d'Editorial Hacer, 2010.

TEIXEIRA, A. C. E. M. Sobre mídia e ninjas: as Jornadas de Junho e a (des) construção de um novo sujeito político. In: *38o ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*. Caxambu - MG, 2014.

TILLY, Charles. *From Mobilization to Revolution*. Reading, MA: Addison-Wesley, 1978.

UGARTE, David de. *O poder das redes*. Manual ilustrado para pessoas, organizações e empresas chamadas a praticar o ciberativismo. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. 116 p.

VALENTIM, Júlio. *Emergência e controle nas cidades cibernéticas*: as smart mobs e o futuro dos ambientes urbanos. In: LEMOS, André. Ciberurbe: A cidade na sociedade da informação. Rio de Janeiro: Editora E-papers. 2005, p. 223 -248.

WEBER, M. H. Visibilidade e credibilidade: tensões da comunicação política. In: MAIA, R.; CASTRO, M. C. P. S. (Eds.). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

WOLFSON, Todd. From the Zapatistas to Indymedia: Dialectics and Orthodoxy in Contemporary Social Movements. *Communication, Culture & Critique* 5 (2012) p. 149–170.

WRAY, Stefan. *Electronic Civil Disobedience and the World Wide Web of Hactivism: a mapping of extraparliamentarian direct action net politics*, 1998. Disponível em: <<http://switch.sjsu.edu/web/v4n2/stefan>>. Acesso 04 jan. 2013.